

**Local: Sala de Reuniões do CREAS 3, sito a Rua Rio de Janeiro nº 1288- Centro**

**Data: 23 de abril de 2013, terça-feira**

1 Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e treze, com primeira convocação às oito  
2 horas, e na segunda convocação às oito horas e cinqüenta minutos na sala de reuniões do  
3 CREAS 3, situado na Rua Rio de Janeiro nº. 1288 – Centro, teve início a Reunião Ordinária  
4 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Biênio 2011-2013. Estavam presentes  
5 os seguintes membros: **Conselheiros Titulares Governamentais:** Tércia Lamonica Azevedo  
6 de Oliveira, Claudia Márcia Líbano Cal Tavares, Nívia Maria Polezer, Sandra Cristina  
7 Bianconi da Silva, Aurélio Caetano da Silva, Paulo Sergio Aragão, Cirlene Maria Ferreira  
8 Fonseca, Sâmia Machado Mustafá, Viviane Braz Itakura, Marisa Izabel Bissi Castanho, Ana  
9 Paula Galdim Ramos, Almir Escatambulo e Maria Aparecida Kaster. **Conselheiros Titulares**  
10 **da Sociedade Civil Organizada:** Mariana Barros de Oliveira, Regina Elizabeth Russo  
11 Humming, Nelma dos Santos Assunção, Maria de Fátima dos Santos Reale Prado, Elaine  
12 Cristina de Oliveira, Lídia da Conceição Lucas Loback, Sueli Aparecida Lourenço, Ordália de  
13 Fátima Branganholi Ferreira, Jaqueline Francis Marcos e Carla Mancebo Esteves.  
14 **Registraram Presença os Participantes e/ ou Convidados:** Valéria M. Barreiros, Lívia M.  
15 Salvioni, Adriana Fábila Lagonini Paschoal, Michele Midori Iuakura Rodrigues, Edvaldo  
16 Paulino da Silva, Rosana C. Barbosa, Sandra Nishimura, Janaina Messias, Angélica de  
17 Oliveira Netto, Gercilene Adelirio de Souza, Silvia C. Vicentini, Illeber Francisco Manicato,  
18 Joseane Aparecida Dias, Lydia Maria Fugarti Fudrigo, Milare d Santos, Uani R. Barroso,  
19 Fernanda G. Barbosa Ana Cristina Góis Fuentes, Wilson S. Silvestre, Ana Lívia Conde, Tânia  
20 Maria Pereira Correia e Edinali S. P. Beliatto. A presidente **Sandra Bianconi** iniciou a reunião  
21 dando boas vindas a todos, e apresentando a pauta do dia: **1. Apreciação da pauta; 2.**  
22 **Apreciação e aprovação de ata do dia 12 de março de 2013. 3. Palavra aberta –**  
23 **usuários (as); 4. Comissão da ACESF; 5. Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de**  
24 **Assistência Social - Reprogramação de saldos; 6. Organização CMAS para o processo**  
25 **de avaliação dos Relatórios 2012 e Planos de Ação; 7. Indicação de delegado para 1ª**  
26 **Conferência Municipal da Transferência Social que será realizado no dia 11 de maio de**  
27 **2013 e pré-conferencias dia 09 e 10 de maio; 8. Relato das comissões; 9. Informes; 10.**  
28 **Outros.** Após a leitura da pauta, não havendo pedido de inclusão de novo ponto, apenas  
29 houve o pedido da troca de ordem visando esperar que a Comissão da ACESF estivesse  
30 presente para, então, fazer o relato da mesma. **2. Apreciação e aprovação de ata do dia 12**  
31 **de março de 2013:** procedeu-se a apreciação da ata com apenas uma reformulação da  
32 frase que relata a fala de Sandra Nishimura. Ata aprovada. **3. Palavra aberta – usuários**  
33 **(as);** A seguir a Presidente abriu a palavra aos usuários e não havendo nenhum passou-se  
34 ao ponto seguinte. **4. Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social –**  
35 **a) Plano Municipal de Assistência Social:** Gisele iniciou falando que na realidade na  
36 reunião de hoje tem alguns pontos de pauta que precisam ser apreciados e deliberados pelos  
37 conselheiros. Inicia colocando a discussão sobre o Plano Municipal de Assistência Social.  
38 Sandra Bianconi explicou aos presentes que com relação ao Plano de Providência o  
39 Governo, a partir do monitoramento, dá um plano que está contemplado na consolidação do

40 SUAS. Explicou ainda que no ano passado o município deu algumas respostas a outro plano  
41 de providência e nesse momento o Estado pede as nossas resoluções. Gisele acrescenta  
42 que no Plano Municipal de Assistência Social é resposta ao que está disposto na Lei que  
43 pede: Conselho Municipal de Assistência Social, Plano Municipal e o Fundo Municipal com  
44 recursos próprios. Como proposta surge a realização de ajustes no Plano, atualização das  
45 informações que constam no Plano e colocar as grandes questões que precisamos seguir, ou  
46 seja, os rumos da Política de Assistência Social do Município. Gisele explica que é  
47 necessário incluir no instrumento os dados novos e faz a leitura do texto proposto pela  
48 Gestora. Como proposta para a aprovação do Plano, os conselheiros sugerem provar as  
49 atualizações das informações do Plano Municipal de Assistência Social do município de  
50 Londrina referentes ao ano de 2013, contudo que a resolução conste que o Plano atende  
51 parcialmente às exigências. Sandra sugere então que se faça outra resolução com as  
52 justificativas daquilo que não foi aprovado. A plenária concorda. Gisele coloca, então, que,  
53 com relação ao Plano de Providências do Estado fica assim estabelecido: - CRAS Centro A-  
54 rota acessível e construção da nova sede – Gisele explica que já está entregue a obra;  
55 CRASLeste – Rota Acessível e havia a proposta de locação do imóvel, porém, foi conseguido  
56 financiamento federal para a construção e a placa, que já foi colocada; CRAS Norte A –  
57 construção de nova sede que, também, já está sendo entregue; CRAS Oeste A – rota  
58 acessível e placa de identificação; CRAS Sul A – rota acessível, locação de imóvel. Neste  
59 quesito a Secretaria está buscando outro imóvel. Não há previsão de se conseguir outro  
60 espaço pela dificuldade em encontrar outro para locação. No momento o CRAS Sul A está  
61 compartilhando o mesmo espaço com o CRAS Sul B; Com relação ao CRAS Sul B, Gisele  
62 coloca que já foram apresentadas as soluções e quanto ao CRAS Rural já houve o  
63 reordenamento nas questões colocadas pelo monitoramento que eram: o reordenamento e  
64 espaço adequado; atendimentos descentralizados; atendimento prioritário para os  
65 beneficiários do Bolsa Família; acesso da equipe na Zona Rural. Márcia Valim pergunta como  
66 ficou a questão das equipes. Bianconi contesta que Londrina ainda responde ao plano de  
67 providências de 2008 que pede a questão dos Recursos Humanos. Com relação ao plano de  
68 providências, o município tem até 2013 para cumprir. Márcia questiona se existe alguma  
69 possibilidade de que esse processo de estatutários seja concluído ao que a Gestora Tércia  
70 respondeu que a questão está colocada e que é tarefa concluir a municipalização das  
71 equipes, pois essa ação gera um impacto financeiro que precisa ser previsto. Márcia ainda  
72 ressaltou que é preciso estar atento para que o recurso utilizado na subvenção, dos serviços  
73 que serão municipalizados sejam utilizados na própria Assistência. Tércia salientou que as  
74 questões trabalhistas precisam ser tratadas com seriedade. Fátima complementou que é uma  
75 preocupação com a priorização com os 05 CRAS que ficaram para serem municipalizados e  
76 com os profissionais. Gisele ainda acrescentou que precisa garantir que a comunidade  
77 participe dessas mudanças. Sandra lembrou que na primeira municipalização dos CRAS e  
78 CREAS houve uma comissão de transição que precisa ser resgatada, e que precisa se  
79 discutir os processos de transição e perdas dos usuários. As justificativas apresentadas por  
80 Gisele para o Estado foram colocadas em plenário e aprovadas. Aproveitando o ensejo  
81 Gisele Tavares dá prosseguimento em sua fala para falar sobre o segundo ponto da sua

82 Diretoria: **devolução de saldos de superávit das fontes externas.** Gisele explicou que será  
83 devolvido ao Governo Federal R\$15.171,41, de saldos não reprogramáveis. Esses valores  
84 são do PPSB ao Jovem de 15 a 17 anos – Bolsa; Programa de Proteção Social Básica  
85 Variável 2006 - Bolsa Ag. Jovem; Piso Variável de Média Complexidade - PETI – Bolsa;  
86 PSB ao Jovem de 15 a 17 anos - Bolsa Ag. Jovem. Esses valores não podem ser  
87 reprogramados. Aprovado por unanimidade. C) **Reprogramação parcial de saldos de**  
88 **superávit das fontes externas:** Em relação a esse ponto, Gisele coloca que o valor total a  
89 ser reprogramado é de R\$259.377,39. Esses valores são dos pisos: Piso Variável de Média  
90 Complexidade - PETI – Jornada; Piso Variável de Média Complexidade - PETI Jornada; Piso  
91 Variável de Média Complexidade - PETI – Jornada; Piso Básico de Transição -  
92 Infância/Idoso. Esse valor deverá ser incorporado no orçamento para o material de consumo  
93 e alimentação para o serviço de convivência e Viva-vida. Esses saldos foram analisados pela  
94 controladoria. Sendo aprovados pela plenária passou ao seguinte ponto de pauta. O CMAS  
95 precisa Deliberar sobre a apresentação de formulário específico para adesão ao Programa  
96 Crescer em Família a ser co-financiado pelo FIA Estadual. Aurélio Apresenta a Resolução nº  
97 022/2013 – CEDCA-PR de 16/04/2013 que delibera pela continuidade do Programa Crescer  
98 em Família e dá outras providências; As entidades devem apresentar os Formulários de  
99 adesão ao Programa Crescer em Família, em conformidade com a Resolução nº 22/2013-  
100 CEDCA/PR, apresentados pelas Entidades de Acolhimento que possuem registro no CMAS;  
101 colocou sobre o Recurso do FIA- Crescer em Família e sobre as Instituições não-  
102 governamentais e governamentais que vão apresentar as propostas e que necessitam de  
103 resolução do CMAS. São elas: Lar Anália Franco com 48 metas; Nuselon com 47 metas;  
104 Casa de Maria com 35 metas, Pão da Vida com 26 e Cari com 18 metas, apresentadas ao  
105 Conselho, foram aprovadas. **5. Comissão da ACESF:** A seguir iniciou-se a apresentação da  
106 comissão do auxílio funeral com Wilson que de acordo com a planilha apresentada reforça  
107 que o impacto no Orçamento da Assistência será de R\$50.000,00. Ainda acrescentou que,  
108 com relação ao plano funerário é o executivo que determina o valor e o CMAS delibera.  
109 Sandra questiona se o Prefeito já assinou ao que foi respondido por Andressa que ele  
110 assinou e o mesmo será executado a partir do dia 1º de maio. Bianconi questiona qual o valor  
111 deverá ser suplementado pela Assistência, fato que foi respondido por Andressa que deverá  
112 ser de, no máximo, 50.000,00. Sandra Bianconi coloca que este Conselho precisa do valor e  
113 de onde sairá esse valor. Wilson contesta que a ACESF está apresentando e a partir daí será  
114 uma outra fase. Márcia Valim reforça que precisa se conhecer os aspectos legais para  
115 discutir, inclusive a questão orçamentária. Proposta da Secretaria é para tirar do serviço de 3ª  
116 pessoa jurídica esse valor excedente. Gisele levanta a questão de que é um compromisso da  
117 Secretaria cumprir com o auxílio funeral e que estamos finalizando o PPA e precisamos  
118 discutir o orçamento para 2014. Precisa de se programar e ver como as revisões serão feitas.  
119 Tércia coloca que a grande questão é chegar nos valores. O saldo de valores é muito grande.  
120 A SMAS e CMAS estavam representados na Comissão, é que se tem respeito por esse  
121 trabalho. Gisele levanta a proposta de que a ACESF faça um demonstrativo de como está  
122 sendo gasto o recurso em 04 meses. Bianconi coloca para votação que o valor do benefício  
123 eventual a partir de 01/05 seja R\$802,00 infantil e 919,00 adulto, antes, porém, da votação,

124 foi colocado que o serviço oferecido pela ACESF tem sido um serviço de qualidade para os  
125 nossos usuários. E, então Denise sugere como proposta a apresentação dessa demanda  
126 para o Estado e pedir cofinanciamento. Posto para a assembléia houve 12 votos a favor e 03  
127 contra, dos conselheiros Paulo, Carla e Ordália, da proposta dos novos valores a partir de  
128 Maio de 2013. O próximo ponto **6. Organização CMAS para o processo de avaliação dos**  
129 **Relatórios 2012 e Planos de Ação.** Denise inicia falando que o prazo é de que até o dia  
130 30/04 todas as Instituições precisam enviar o relatório anual e o plano de ação do corrente  
131 ano. E para isso precisa de uma organização para que todos os conselheiros possam ajudar  
132 na avaliação dos documentos. Para isso Tércia coloca 02 propostas: deixar destinado um dia  
133 todo para isso, qual roteiro que os grupos terão de seguir e a gerência poderia ficar com os  
134 casos que possuem laudos. Bianconi pede que haja uma reunião prévia com a comissão de  
135 análise e inscrição anterior a 14 de maio (data escolhida para a fim de definir os critérios e  
136 organização dos documentos. **7. Indicação de delegado para 1ª Conferência Municipal da**  
137 **Transferência Social que será realizado no dia 11 de maio de 2013 e pré-conferências**  
138 **dia 09 e 10 de maio;** O CMAS precisa indicar um delegado para a 1ª Conferência Municipal  
139 da Transparência Social foi apresentado para a plenária, a conselheira Nelma se coloca a  
140 disposição, não havendo nenhum suplente no momento. **8. Relato das comissões:** Nelma  
141 começa o relato sobre a retomada da Comissão de Legislação que tinha 8 inscritos e no  
142 momento tem 3 voltando. Nelma coloca que a Comissão possui como demanda a  
143 representação de usuário no Conselho Estadual- o envio de ofício propondo análise do  
144 Estado. Gisele Tavares propõe que se insira artigo na Lei de Colaborador Eventual- isso se  
145 aplicaria aos nossos Conselhos. Se esta lei foi aprovada ela vai cobrir as nossas  
146 necessidades com os usuários. Outra demanda colocada por Nelma é a de estudar a NOB  
147 Suas a questão da Gestão, Financiamento, Controle Social, Vigilância e Gestão no Trabalho.  
148 A reunião da Comissão fica fixa às 3ª feiras intercaladas à reunião do CMAS. **9. Informes:** A  
149 Conselheira Carla informa que dias 18 e 19 houve conferência do CRP para sistematização  
150 dos trabalhadores do SUAS; Tércia informa sobre audiência pública que será realizada em  
151 Guaravera no dia 25/04/2013. Às 12.15 h. a presidente Bianconi fez o encerramento da  
152 reunião agradecendo a presença de todos. Sem mais o que constar nesta, eu, Lidia da  
153 Conceição Lucas Loback, secretária executiva do Conselho lavrei a presente ata, que deverá  
154 ser submetida e aprovada no Conselho.